FEMINISMO NEGRO E O ATIVISMO DIGITAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA

Brenda Gonçalves de Sales Costa[1]

Filipe Monteiro de Oliveira[2]

Karízia Edwiges Silvestre Milhome [3]

RESUMO

Este estudo retrata a discussão sobre o feminismo negro e sua relevância no ativismo de mulheres negras na era digital em tempos de pandemia. Nesse sentido, foi realizado um estudo de natureza bibliográfica, em que houve pesquisa nas referências primordiais sobre a temática de gênero e feminismo negro. Ficou evidenciado que o feminismo negro tem um papel importante na luta e enfrentamento diário de mulheres contra a opressão e, mais do que isso, ele fortalece o ativismo negro de mulheres até então eram invisibilizadas e oprimidas.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Ativismo digital. Pandemia.

ABSTRACT

This study portrays the discussion about black feminism and its relevance in black women's activism in the digital age in times of pandemic. In this sense, a study of bibliographic nature was carried out, in which there was research in the primordial references on the theme of gender and black feminism. It became evident that black feminism plays an important role in the daily struggle and confrontation of women against oppression and, more than that, it strengthens the black activism of women hitherto invisible and oppressed.

Key Words: Black Feminism. Digital activism. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do feminismo negro trouxe consigo a discussão de pautas que até então eram esquecidas no contexto da sociedade branca e patriarcal. Com ele,

[1] Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE); brenda.sales@aluno.uece.br.
[2] Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE); filipe.monteiro@aluno.uece.br.
[3] Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE); karizia.silvestre@aluno.uece.br

percebemos que a luta de mulheres se diferencia quando se trata de raça, pois as mulheres negras, historicamente, foram oprimidas, invisibilizadas e até não consideradas como “mulheres” apenas pelo fato de serem negras. É nessa perspectiva que reforçamos a importância do estudo e discussão sobre esta temática, no sentido de dar voz às pautas de luta do feminismo negro, principalmente, no momento em que nos encontramos, em uma pandemia a nível mundial, no qual, as expressões que se mostram no Brasil são diversas e merecem um destaque devido toda a nossa particularidade histórica.

No ponto que falamos sobre o ativismo digital feminista negro em contexto de pandemia, buscamos refletir sobre as complexidades que se situam no processo de inserção das mulheres negras nas mídias sociais digitais. Para contextualizar essa atuação em meio a uma crise sanitária, se torna necessário analisar as questões econômicas e sociais em que as mulheres negras estão situadas no Brasil, além disso, se faz importante trazer um breve resgate histórico sobre o feminismo negro no contexto mundial e, também, no Brasil.

Para isso, fizemos esse resgate através da nossa formação histórica, política e social, o passado colonial e escravista no qual reverbera muito na atualidade, a condição das mulheres negras e como as consequências disso são tragas no atual contexto. A internet se apresenta como uma alternativa para a continuidade da propagação de debates e discussões ligados ao feminismo negro e a outras pautas identitárias, sendo também espaço de denúncia, organização e resistência.

2 FEMINISMO NEGRO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

O feminismo negro teve o seu desenvolvimento, inicialmente, nos Estados Unidos a partir da década de 80 no momento da chamada “Segunda onda” do feminismo. No entanto, antes de adentrarmos a essa discussão, é importante referenciar quais foram os principais aspectos históricos que germinaram esse movimento e que trouxeram a essa luta feminista pautas importantíssimas.

Desde o período do surgimento e avanço da sociedade escravista, historicamente, a classe branca e patriarcal que detinha todos os poderes sobre a

população negra, principalmente, sobre as mulheres negras, não as consideravam como mulheres, elas eram vistas como um mero bem material, uma coisa ou animal. Essa negação de que a mulher negra não era reconhecida como “mulher” foi bastante fortalecida nessa época, em que as mulheres negras eram vistas como seres de pouca dignidade e, consequentemente, a mulher negra não enxergava a sua “mulheridade”, porque não se reconhecia como tal.

Com o avanço do feminismo, as mulheres negras que estavam inseridas nesse processo se viam influenciadas pela opressiva socialização racista e sexista. Aqui, as mulheres negras desvalorizavam a sua identidade de mulher e reconhecia apenas como luta o racismo, sendo essa sua única forma de identificação. Sabemos que tanto o sexismo como racismo são opressivos e se constituem como forma de ameaça para liberdade das mulheres negras. Mesmo assim, as mulheres negras visualizavam que a luta pela libertação da opressão racial fosse a única causa que a mulher negra deveria enfrentar.

Bel Hooks (2020), afirma que no instante em que o movimento de mulheres levantou a discussão sobre a questão da opressão sexista, as mulheres negras argumentaram que o sexismo era insignificante em relação à realidade mais dura, mais brutal do racismo. Elas tinham medo de reconhecer que o sexismo poderia ser tão opressivo da mesma forma que o racismo é.

Contudo, a partir do século XIX, o movimento feminista trazia como luta os direitos das mulheres e o enfrentamento da opressão sexista que as mulheres vivenciavam. A partir desse momento histórico, as mulheres negras que fizeram parte desse movimento começaram a compreender que a verdadeira liberdade ia além do enfretamento à opressão sexista, mas elas reconheciam que a equidade racial também estava presente nesse panorama de lutas.

Já na década de 1920 o movimento das mulheres negras liberacionistas foi silenciado e só a partir da década de 50, quando o movimento pelos direitos civis teve início, as mulheres negras passaram a discutir novamente sobre a equidade racial. Mesmo elas retornando ao movimento de luta, as mulheres negras vivenciaram o processo de silenciamento de suas causas e não tiveram o reconhecimento público, como acontecia com os homens negros ativistas. Logo, as feministas brancas

fortaleciam o discurso de amenizar a opressão sexista de mulheres negras, se colocando como vítimas desse patriarcado.

Sobre essa discussão, Hooks (2020), refere que existiam consequências em relação ao silenciamento das categorias de raça e sexismo levantadas pelas mulheres negras, como a exclusão das mulheres negras e indígenas desse processo de luta, dentre outras categorias que não eram pautadas como luta pela sociedade branca dominante. No entanto, quando a categoria raça é finalmente percebida pelas feministas brancas como uma tentativa de “desaprender o racismo”, essa temática é abordada a partir da perspectiva de um pensamento estereotipado, condescendente e paternalista, direcionado para a população branca e focando em mudança de comportamento, ao invés de discutir e abordar o contexto histórico e político da opressão racial.

É importante apontar que a luta feminista teve na sua gênese personagens essenciais, que traziam questionamentos sobre essa realidade entre brancas e negras. Uma dessas mulheres foi Soujouner Truth, abolicionista negra e referência para o movimento negro. Ela surge com o seguinte questionamento: “E eu não sou uma mulher?”.

Soujouner questiona os diferentes pensamentos entre brancas e negras, em que as mulheres brancas são vistas como delicada, que precisam de proteção e de cuidado, enquanto que as mulheres negras eram subjugadas, inferiorizadas e silenciadas. Contudo, as feministas brancas reconheciam que as mulheres negras são vitimadas e ao mesmo tempo são fortes, porém, Hooks (2020) reforça que essa ideia de força está relacionada à opressão que mulheres negras vivenciam:

> Em geral, quando pessoas falam sobre a “força” de mulheres negras, referem-se à maneira como percebem que mulheres negras lidam com a opressão. Ignoram a realidade de que ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la, que resistência não deve ser confundida com transformação. (HOOKS, 2020, p 25)

A partir dessa visão, Sojourner parte do pressuposto de coisificação e de não-categoria em que as mulheres negras estão inseridas, numa tentativa de desconstruir e ressignificar o termo “mulher”. Nesse sentido, o feminismo negro aparece com o intuito de discutir as relações de opressão de forma interseccional, para que seja possível uma resposta ativista ao empoderamento da grande maioria que não é abarcada pelo feminismo branco (COLLINS, 2012).

Diante disso, as ideias iniciais do Feminismo Negro no Brasil, conforme Ribeiro (2016), se deu início na década de 80, devido o acontecimento do III Encontro Feminista Latino-americano que ocorreu em Bertioga, em 1985. Com isso, houveram aqui no Brasil, várias iniciativas que iam ao encontro das proposições de romper com ideia de universalização das mulheres negras, de pôr em pauta as especificidades dessas mulheres, a fim, também, de romper com o racismo no país.

"A partir daí, surgem os primeiros Coletivo de Mulheres Negras, época dos encontros nacionais de mulheres negras [...], nesse sentido, Lélia Gonzáles surge como um grande nome a ser debatido e estudado". Ribeiro (2016, p.101). Lélia, expõe a classificação racial, entre brancos e negros, a existência de uma colonização de saberes, a exaltação de saberes Europeu, essa superioridade branca e marcada pela figura patriarcal, estruturada pelo arianismo.

Com isso, ficou sabido dessa invisibilidade das mulheres negras em vários âmbitos do cotidiano, não só nesse cenário, mas, no contexto das relações sociais. Ribeiro (2016), considera da mais alta importância o alargamento e a ampliação da discussão sobre o Feminismo Negro para pôr em pauta as diversas opressões que as mulheres negras sofrem, pelo histórico silenciamento dessas questões, e também, dar sentido a perspectiva interseccional[4].

Nessa perspectiva, Angela Davis (2011) afirma que existe uma distinção entre as opressões sofridas pelas mulheres negras, não sendo apenas a classe, mas raça e gênero são considerados como os principais marcadores dessa diferenciação. Ela cita que nós precisamos refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de maneira a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e que se cruzam.

O sentido de entrecruzar as opressões, conforme Ribeiro (2016), nascem várias outras formas de existência e resistências, o feminismo negro, além de trazer discussões sobre as mulheres negras, também, proporciona o pensar de uma nova forma de sociabilidade, em que, não haja esse exaustivo combate às opressões.

[4] Essa categoria interseccionalidade, foi inicialmente pensada pela teórica norte americana Kimberlé Crenshau, após uma importante conferência realizada em Durbam na África do Sul em 2001. Essa linha de pensamento há uma interligação entre raça, classe e gênero, não tendo uma hierarquia entre as opressões, mas a compreensão das questões das mulheres negras e do feminismo negro.

Nesse sentido, a autora, também, expõe, que essa corrente vai de encontro com a perspectiva de que as mulheres são universais, de que as mesmas pautas e questões que perpassam as mulheres brancas, são as mesmas das mulheres negras, todavia, os cenários que perpassam as mulheres negras são dos mais diferentes e diversos daquelas.

Seguimos em alguns exemplos; Ribeiro (2016), sobre isso, aponta que uma determinada época as mulheres brancas lutavam pela conquista do voto feminino e pela ocupação no mercado de trabalho, e por melhores condições de trabalho, as mulheres negras por outro lado, lutavam pela sua existência, pela autonomia de exercer suas subjetividades, da sua plena construção de suas próprias identidades.

Sobre isso, há as importantes contribuições que fogem desse âmbito da sociologia, mas, entra no prisma de outras linhas de pensamento, a autora Neusa Santos (1948-2008), analisa a situação do negro(a) no Brasil, em sua busca pela “ascensão social”, embora, ela não trate especificamente sobre mulheres negras, a autora traz um importante pano de fundo que se faz de extrema importância para nossos estudos, e, principalmente, para o objetivo desse ensaio.

A priori, a autora nos mostra três elementos do racismo, mas vamos nos atentar sobre o terceiro elemento, no qual nos chamou mais atenção, conforme nosso recorte. É através da “estigmatização da cor”, em que atravessa alguns dos principais sentimentos e sentidos do indivíduo, que é o pensar e o prazer. Segundo esse pensamento, essas dimensões são perpassadas pelas anulações, atribuindo ao indivíduo o caráter desumanizado, destituindo de produzir e sentir determinados sentimentos, que, consequentemente, dar-se a análise da psicanálise. Ao aprofundar essa categoria, tem-se a busca pelo prazer, nessa procura o sujeito negro (a), encontram-se com o incompleto prazer, e neuroses, situações nas quais afeta diretamente o Ego, e, também, são produtos das violências racistas.

Isso, atravessa muito a construção das subjetividades das mulheres negras, quando, ao se depararem a determinadas violências, essas anulações se tornam muito latentes, como dito acima, o/a negro (a), foi, e, ainda é tido como algo ligado à animalização, ao sentido de coisa única e universal, há sucessivas frustações dessa busca pelo prazer, perpassando por vários sentidos das relações sociais.

Com essas violências, a mulher negra responde através de sua corporeidade, ao anular sua negritude, ao anular sua história, em detrimento de um padrão branco, que, violentamente, aniquila as expressões da negritude, consequentemente, tendo a incapacidade de exercer sua própria identidade, e quando expressa, é atrelado ligeiramente à criminalização, e marginalização. Essa construção de identidade negra, é traga por dores, e sofrimentos, e a sua afirmação e reafirmação, traz encontros de inúmeras resistências, a medida em que, o padrão branco civilizatório possui sua hegemonia.

Sobre processo de subjetificação e reconhecimento enquanto sujeito (a), negro (a), outra dimensão a ser observada, é “perca da cor”, Souza (1983), no qual seria anulação total de sua existência enquanto negre, sendo atribuído pelo branco a sua identidade, entrando em um processo psíquico de “mito negro” posto pelo branco, consequentemente, a supressão da identidade negra, a exemplo de mulheres negras que sucumbe a sua identidade para “ascender socialmente”.

Esse mecanismo de “perca de cor”, temos como exemplo, a atribuição de padrões estéticos brancos, ditos como “bonitos”, e “aceitos”, quando as mulheres negras negam sua ancestralidade expressas no cabelo, por exemplo, a fim de não sofrerem violências e ser aceitas em determinados espaços e contextos, com isso, acabam por entrarem no processo de anulações de suas subjetividades, assimilando o padrão branco, a fim, dessa “ascensão”.

Com esse processo, a sociedade de classes, ligeiramente ligada ao branco, deteriora a identidade negra, afetando sua subjetividade, sua emocionalidade, e sua dinâmica nas relações pessoais e sociais, tendo como a única forma de ser “aceito” nessa sociedade, é se embranquecer, consequentemente, negar sua identidade, no qual afeta diretamente sua emocionalidade.

A demarcação em raça, no período colonial que perdura até então, serviu de ferramenta para essa posição da pessoa escravizada. Sobre raça, Almeida (2019), o conceito de raça é histórico, servindo como estruturante na hierarquia social, em que inferioriza o negro(a), pondo nessa posição de escravizado. Principalmente, no Brasil, essa ideia de raça é tida como determinante para posição social do negro(a), a justificativa da sua inferioridade social, dos piores empregos (quando não inscrito no

desemprego), as más condições de moradia, saúde, educação e outras e demais formas de precarizações e explorações.

Essa ideia de raça, também, proporciona o sentido conforme Souza (1983, p.20) de “exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras)”. No qual, de acordo com o conceito supracitado, determina essa hierarquização entre pessoas, as de “raça superior” que seriam os brancos, e os de “raça inferior” que seria a população negra.

3 ATIVISMO DIGITAL FEMINISTA NEGRO EM CONTEXTO DE PANDEMIA.

Com a pandemia do Covid-19, no Brasil tornam-se nítidas as desigualdades que se fixam na vivência da população negra e pobre. São econômicas, as principais disparidades encontradas no contexto pandêmico, e temos desmontes nas políticas públicas sociais que tornam os direitos da população brasileira cada vez menos assegurados. As mulheres negras estão localizadas na linha de frente desse processo, pois são grande parcela dos indivíduos prejudicados com o momento de crise sanitária e com a falta de responsabilidade governamental em seu enfrentamento.

O auxílio emergencial[5], medida iniciada e executada no ano de 2020, tendo continuação no mês de abril de 2021, além de passar meses sem ser garantido, também teve uma diminuição expressiva do seu valor no projeto para o segundo ano de benefício, o que interfere diretamente nas condições de famílias que estão dependendo do mesmo para se manterem durante a pandemia. Todo esse contexto econômico e social interfere diretamente nas vidas de mulheres negras, que por muitas vezes estão na posição de chefes de família, ou na frente dos cuidados e das atividades domésticas. De acordo com o boletim do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2020), o auxílio emergencial teve um enorme efeito redistributivo, e com base na pesquisa executada quando se aplicou o benefício

[5] Benefício financeiro direcionando principalmente a pessoas com baixa renda e trabalhadores informais, “Criado por iniciativa do congresso em resposta à pandemia.” (IPEA, p. 39, 2021).

tivemos a diminuição de quase um terço das desigualdades econômicas no Brasil no ano de 2020.

Dentro de todo esse contexto, percebemos as diversas dificuldades enfrentadas pela população brasileira, se tornando necessária a busca de alternativas para minimizar os impactos negativos da pandemia. Temos então um momento em que a mídia assim como a internet tomam frente na circulação de informações e por muitas vezes são visualizados como espaços de reivindicação, pois os meios digitais se tornam mais acessados e procurados em uma realidade em que as trocas físicas não se fazem possíveis.

Com a crise sanitária ficou nítida a massiva ocupação das mídias sociais digitais como meio interativo. A internet se tornou essencial não apenas para o entretenimento, mas também para garantir a permanência de trabalhadores em suas funções, com o “home office”. Com isso, algo que percebemos ter sido expressivo na esfera virtual, são as pautas identitárias, temos então uma maior circulação dos debates de raça, gênero e classe, retratados pelas mais diversas temáticas.

O feminismo foi algo que veio a ser muito abordado, sendo também inserido com bastante força a discussão sobre o feminismo negro e suas especificidades. Os movimentos sociais se fazem muito presentes nessas discussões, seja no sentido formativo ou de se contrapor a posicionamentos conservadores e preconceituosos nas redes. Temos então um expressivo ativismo virtual dos movimentos sociais durante esse contexto da pandemia.

Segundo Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas (2021), a construção de plataformas digitais próprias sobre o feminismo negro se assemelha ao processo ocorrido em 1980, em que mulheres negras buscavam espaços específicos para localizar suas questões no movimento feminista. Com isso percebemos que na última década ouve um grande aumento de páginas pautando o feminismo negro.

Para Dulcilei Lima (2017), as tecnologias de informação e comunicação (TIC’S) são para os feminismos contemporâneos ferramentas estratégicas para sua atuação. Para autora, as redes sociais facilitaram a concretização de coletivos, e puderam assim impulsionar uma certa popularização do feminismo.

É possível então ultrapassar barreiras geográficas, que para Zelinda Barros (2009), interconecta diversos espaços. A internet por meio de suas plataformas

digitais possibilita essa interação em maior escala, conseguindo agregar um maior número de narrativas. Vale salientar que por meio das mídias sociais, também se conseguem expressar posicionamentos de diversas formas, sendo elas artísticas, culturais e políticas, pelos múltiplos conteúdos, sejam materiais escritos, de áudio e vídeo, dentre outros.

Segundo Djamilla Ribeiro (2016) a internet é um espaço que as mulheres negras podem ser visualizadas, pois a mídia hegemônica as ignora. A autora ainda expõe que em seu contexto histórico as mulheres sempre foram pensadas dentro de um modelo hegemônico universal, sendo assim desconsideradas as suas diferentes expressões do “ser mulher”.

Lorena Moraes e Andressa Lima (2020) se referem a apropriação das mídias sociais digitais como uma grande estratégia para o avanço do debate sobre pautas relevantes às mulheres negras. Essa apropriação se dá no posicionamento das ideias e discussões, com a finalidade de alcançar um maior número de usuários das plataformas que se identifiquem com o que está sendo abordado.

A internet para Nathaly Fernandes (2019), pode trazer novas possibilidades de atuações e resistências. Com a ferramenta virtual se é possível então ultrapassar as convencionais formas de mobilização, pela inserção nas mais diversas redes sociais disponíveis, com a criação de conteúdos inéditos e pelas publicações formativas e criativas.

Não podemos desconsiderar a existência de pessoas que ainda não acessam a internet, por questões econômicas e sociais, como as citadas no início do texto. Com isso, temos que reflexionar sobre os assuntos e pautas inseridos na internet que não são acessados em sua totalidade, sendo a inserção física em movimentos sociais e espaços políticos essenciais para um maior acesso e circulação das informações e debates.

> Embora tenha apresentado de forma otimista a ação de feministas negras na web é importante esclarecer que não se menospreza o fato de que o alcance da internet e da atuação política nesse ambiente ainda são restritas devido às limitações de acesso à rede, e mesmo à falta ou insuficiência de escolarização e de letramento digital. (LIMA, 2017, p.8).

Ainda sobre esse acesso percebemos que a apropriação das mídias digitais e dos espaços virtuais são mais comuns por pessoas jovens, que se encontram habituadas a esse tipo de socialização, sendo assim, “Jovens feministas estão mais

bem qualificadas e adaptam mais facilmente os seus repertórios discursivos para incidir sobre esses espaços. O uso de hashtags, tuitaços e blogagens coletivas também se constituem em estratégias inovadoras." (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p.30).

Com isso, torna-se cada vez mais importante, que o debate ultrapasse as vias virtuais, e se situe também na concreticidade dos espaços. A internet para o processo de organização dos coletivos políticos torna-se uma aliada, mas também, é necessário que se proponha ocupar espaços institucionais, por exemplo.

> As ações cotidianas e as alianças e solidariedades que os feminismos ativam em todo o mundo são fundamentais, mas podem não ser suficientes se não formos capazes de fortalecer nossos projetos de um mundo mais justo em alianças mais amplas, com efeitos nos espaços institucionais. Os partidos precisam ser mais feministas. O Congresso precisa ser mais feminista. Cada Câmara de Vereadores, cada Assembleia Legislativa. O Judiciário. E se não forem também antirracistas, não serão capazes de tocar na dinâmica de reprodução da violência, de apropriação das energias e da vida, que faz girar a roda de uma sociedade extremamente desigual. (MORAES; LIMA, 2020, p. 10)

Ao mesmo tempo que existem diversas contradições em um ativismo virtual, o mesmo também pode desenvolver um grande alcance. Nas redes sociais temos o compartilhamento diário de novas informações e a possibilidade de diversos debates alcançarem grande adesão e visualizações, repercutindo positivamente nas reflexões. E como já falado, em um contexto pandêmico, em que não é possível uma organização e atuação política física, as redes se tornam essenciais para continuar mantendo as discussões ativas.

As mesmas tornam-se também espaços de contestação, protesto e denúncia, por muitas vezes. Em que se aplicam manifestações contrárias a posições políticas conservadoras, a opressões e violências. Nos últimos anos percebemos um aumento desses posicionamentos conservadores no Brasil, ligados muitas vezes, a religiosos e preconceituosos, sendo influenciados, justificados e relacionados com os discursos e posturas do Presidente do país, que se dispõe a defender e propagar esses ideais.

> Ao mobilizarem reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo (além de outros como lesbofobia, transfobia, gordofobia), a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras brasileiras e estadunidenses, as mulheres negras que utilizam as ferramentas da internet como meio de atuação têm desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica, constituindo contranarrativas ao discurso hegemônico que invisibiliza e silencia a experiência negra e feminina. (LIMA, 2019, p. 60)

Mostra-se complexo o processo de inserção do feminismo negro nessas redes virtuais de interação social. Além de um espaço político, de resistência e denúncia, também são plataformas que propiciam a organização dessas mulheres. A resistência em meio a espaços físicos e virtuais se manifesta nas diversas perspectivas situadas pelas mulheres negras, que expondo suas vivências conseguem alcançar outras mulheres que se identificam com suas narrativas.

4 CONCLUSÃO

Diante da discussão apresentada, fica evidente que as mulheres negras sempre foram invisibilizadas dentro do processo histórico de desenvolvimento da sociedade. Desde o surgimento da sociedade escravista até os dias atuais, presenciamos a opressão que as mulheres negras vivenciam, o quanto são violentadas, diminuídas e esquecidas. Por muito tempo foi negado a “mulheridade” das mulheres negras pela sociedade patriarcal, que se utilizava dessa negação para justificar as violências e opressões que tais mulheres viviam.

Aqui constatamos que mesmo as mulheres brancas e negras serem violentadas diariamente, a violência contra a mulher negra ainda é negada e esquecida. Por isso, observa-se a importância do surgimento e avanço do feminismo negro, pois sabemos que o feminismo branco não consegue abarcar as lutas e desafios que mulheres negras enfrentam em seu cotidiano.

É nesse contexto de luta diária que a internet se apresenta como espaço de diálogo, de resistência e instrumento de fortalecimento da luta feminista negra por reconhecimento do seu papel na sociedade. Nesse espaço digital, a mulher negra tem a oportunidade de expor sua realidade e seus desafios enfrentados.

Como mencionamos, às vezes, esse espaço é o único local que mulheres negras encontram para discutir e levantar questões relevantes acerca do cotidiano, como o posicionamento contra opressões e violências. É por isso que esses espaços digitais se tornaram ainda mais necessários após o início da pandemia, pois as mulheres negras passaram a se apropriarem dele de forma ainda mais presente e fortaleceram o ativismo, que é tão necessário.

Ao pensar a contextualização do feminismo negro no Brasil, se faz de suma importância trazer esse resgate histórico do nosso país, o nosso passado colonial, escravista, e explorador, principalmente, em relação as mulheres negras, se torna latente. As inúmeras violações nos quais atravessam em várias dimensões, o processo de universalização dessas mulheres, pondo num sentido único de ser, sem levar em considerações suas próprias questões. O padrão branco que violenta cotidianamente a população negra no Brasil, no qual afeta nos cenários retratados nesse artigo. Isso como um dos principais fundamentos do surgimento do feminismo negro no país, e sua importância para a contemporaneidades, essencialmente, no atual contexto pandêmico em que estamos passando.

Com isso, é necessário entender os contextos sociais e econômicos que atravessam as trajetórias negras, focando com o presente trabalho, principalmente, nas vivências de mulheres negras em um contexto de crise sanitária, e como isso influencia no seu acesso as mídias sociais digitais. Percebemos como acesso e a apropriação das redes se dá de uma forma bastante complexa, e também como o ativismo virtual se processa como potência de alcance e adesão das pautas identitárias.

Por fim, mesmo com as contradições apresentadas ao acesso dos meios virtuais, a internet se torna um espaço de inserção política das feministas negras, e da propagação de diversos debates e discussões pertinentes ao público que acessa essas plataformas digitais. Também existe a possibilidade de traçar novas estratégias de mobilização, sendo ultrapassadas as barreiras fisicamente existentes. Temos então, a existência de espaços de denúncia e resistência, em que as feministas negras conseguem expor suas específicas pautas e narrativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** – Feminismos plurais. São Paulo. Pólen, 2019.

BARROS, Zelinda. **Feminismo negro na internet:** Cyberfeminismo ou ativismo digital? 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet. Acesso em: 26 mar. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. *In:* JABARDO, Mercedes, *et al.* **Feminismos Negros. Una Antología**. Madri, 2012.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. Disponível em:<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/. Acesso em: 07 abr. 2021.

FERNANDES, Nathaly. Mulheres negras e o espaço virtual: Novas possibilidades de atuação e resistência**. Cad. Gên. Tecnol**., Curitiba, v. 12, n. 40, p. 132-142, jul/dez, 2019.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?:** mulheres negras e feminismo. 2° ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

IPEA. Boletim de Análise Político Institucional. **Pandemia e Políticas Públicas:** a questão étnico-racial no centro do debate. N. 26. Mar. 2021.

LIMA, Dulcilei da Conceição**. Interseccionalidade e ciberativismo:** feminismo negro e TIC'S. In: XI Seminário Internacional Fazendo Gênero. Anais. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em:http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1491323274_ARQUIVO_Dulcilei-C-Lima_Interseccionalidade-genero-raca-e-TIC_revisado(2).pdf Acesso em: 30 mar. 2021.

LIMA, Dulcilei da Conceição. O feminismo negro na era dos ativismos digitais. **Conexão Política**. v. 8, n. 1, janeiro–junho, p. 49-70. 2019.

MORAES, Lorena; LIMA, Andressa. **O anoitecer feminista da pandemia no Brasil. Entrevista com Flávia Biroli**. Inter-legere. Vol. 3, n. 28/2020.

RIBEIRO, Djamila. **Por que o ativismo das mulheres negras incomoda tanto?** [Entrevista cedida] OLIVEIRA, Regiane. El País, 10 dez. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481308817_062038.html. Acesso em: 26 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro Para Um Novo Marco Civilizatório**. SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos. v. 13, n. 24, p.99-104, 2016.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política,** nº 34, p. 1-54, 2021.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Performances de gênero e raça no ativismo digital de Géledes: Interseccionalidade, posicionamentos interacionais e reflexividade. **Rev. Bras. Linguíst. Apl**, v. 20, n.3, p. 407-442, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascenção Social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.